

Fim do *apartheid*, mas não da pobreza

ANDILE MNGXITAMA



Em 2001, a transição neoliberal consolidou-se mais ainda na África do Sul. Porém, esse ano também foi testemunha do início da nova era de mobilizações sociais contra os efeitos das políticas neoliberais, à medida que sem-terra, integrantes de comunidades pobres, trabalhadores/as e ativistas partiram para as ruas, manifestando sua oposição aos princípios básicos do Programa de Ajuste Estrutural Sul-Africano.

Desde sua adoção, em 1996, a Estratégia de Crescimento, Emprego e Redistribuição (Gear, na sigla em inglês) – versão sul-africana do programa de ajuste estrutural (PAE) – só conseguiu frustrar as esperanças da maioria pobre de que a liberação do *apartheid* significaria também a libertação da pobreza.

Porém, essas esperanças desapareceram rapidamente quando a nova elite política abandonou o *ethos* igualitário que havia fundamentado a luta contra o *apartheid*, em favor de soluções neoliberais para os desafios que enfrentava a nova nação. Nos últimos oito anos, ficaram cada vez mais claros os altos custos dessas políticas para a maioria pobre. Em 2001, a Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos informou que mais de 20 milhões de pessoas – a população total é de 45 milhões – viviam abaixo da linha de pobreza mensal de 390 rand^{NT} (US\$ 32,50 em janeiro de 2002). Desse contingente, somente 3 milhões de pessoas são atendidas por medidas de redução da pobreza.¹

Em 1996, dois anos após o nascimento da democracia, a nova elite política abandonou o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, progressista embora orientado para o mercado, em favor da nova estratégia macroeconômica conservadora, conhecida como Gear. Fundada nos pressupostos neoliberais e no receituário do Consenso de Washington, incluindo a desregulamentação, orientação para as exportações, privatização, liberalização, dependência do investimento estrangeiro direto e limitação dos déficits orçamentários através de cortes nos gastos sociais,² a política da Gear não produziu crescimento, emprego ou redistribuição.

Os defensores da Gear argumentavam que as fortes medidas de austeridade que afetavam as pessoas pobres seriam compensadas pelas altas taxas de crescimento econômico – uma média de 4,2% anual entre 1996 e 2000 e crescimento total de 21,2% no quinquênio, alcançando 6,1% em 2000.³ No entanto, as previsões anuais foram repetidamente revisadas para menos, com meta de crescimento em torno de 3,5%. Mesmo essas metas não foram alcançadas e a economia da África do Sul mal deve alcançar o crescimento de 2,2%, considerando os resultados finais de 2001.⁴

A Gear prometeu criar 1,3 milhão de novos empregos não-agrícolas entre 1996 e 2001, porém isso também não se concretizou. Ao contrário, mais de meio milhão de empregos foram perdidos durante esse período.⁵ De acordo com a Econometrix, “houve um declínio de 10% no emprego do setor formal desde 1995”. A distância entre a renda da população branca e das demais tem diminuído, porém aumentou a distância entre os domicílios com renda alta e baixa entre a população negra. A promessa de *redistribuição* da Gear não passou da típica criação neocolonial de uma pequena elite nacional. A Econometrix acrescentou que:

*“tem aumentado a distância entre a população com instrução e aquela com pouca qualificação, assim como entre as comunidades urbanas e as rurais pobres. A ameaça da Aids parece destinada a derrotar as conquistas em outras áreas. A participação das pessoas negras na riqueza tem aumentado, porém isso beneficiou somente uma elite relativamente pequena”.*⁶

NT Rand: moeda da África do Sul.

1 Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos. *Annual Economic and Social Rights Report*, novembro de 2001.

2 Patrick Bond. “Elite Transition: from Apartheid to Neo-Liberalism in South Africa”, Pluto/University of Natal Press, 2000; Hein Marais. “The Political Economy of Transition”, Zed/UCT Press, 1998.

3 Growth, “Employment and Redistribution Strategy”, South African Government Policy Document, 1996.

4 Daniel Thöle. “SA Feels Weight of Global Slowdown”. *Business Day*, 28 de novembro de 2001.

5 Pesquisa de Domicílios de Outubro, 2000, Statistics South Africa.

6 Site da Econometrix: www.econometrix.co.za.

Apesar da servil adesão do governo aos fundamentos neoliberais da Gear, mesmo diante do contínuo fracasso dessa política, o esperado aumento do investimento estrangeiro direto não se materializou. Em maio de 2001,⁷ o conselheiro econômico do presidente Thabo Mbeki, Wiseman Nkhulu, foi forçado, a lamentar a insuficiência de investimentos nacionais – menos de 17%, comparados aos 20% necessários para alcançar as metas de crescimento. No entanto, isso dificilmente surpreende observadores da África do Sul, depois da decisão do governo de permitir que várias das principais multinacionais – incluindo os fabricantes de cerveja anglo-estadunidenses e sul-africanos – deixassem a Bolsa de Valores de Johannesburgo para bolsas estrangeiras. Tendo estendido o tapete vermelho para a fuga de capitais em grande escala, o governo passou a fingir surpresa, quando o rand sul-africano perdeu 40% do valor em 2001.⁸

A explicação dominante para a queda do rand aponta para “fatores externos”, como os eventos argentinos de dezembro de 2001 e a crise política no Zimbábue – em outras palavras, para os efeitos negativos da globalização, causados pelos especuladores em moedas. Entretanto, os principais economistas exortavam o governo a intensificar a campanha das privatizações,⁹ no lugar de repensar a escravização do país pelos promotores da globalização. As soluções neoliberais propostas resultavam em mais Gear e não em menos, colocando o país num plano inclinado em direção ao caos total.

Na África do Sul, talvez o mais radicalizado dos problemas na área dos serviços seja a batalha crescente das comunidades pobres contra o processo de privatização da água, inspirado pelo Banco Mundial, que se realiza em todo o país. O surgimento de sociedades “público-privadas” no final da década de 1990 permitiu que a maioria dos governos municipais privatizasse efetivamente a responsabilidade pelo abastecimento de água, entregue a multinacionais estrangeiras. De acordo com a Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos,

“numerosos problemas surgiram com essas sociedades, incluindo taxas de usuário mais altas, planos técnicos de má qualidade, pouca participação comunitária, confusão administrativa e ausência de treinamento e de perspectivas de transferência”.

Essas sociedades deram lugar a algumas das mais desumanas medidas administrativas da era neoliberal na África do Sul, causando, entre outros problemas, o surto de cólera em KwaZulu-Natal no ano 2000, que matou quase 200 pessoas. Uma política de *salva-vidas* do governo, que prometia 6 mil litros mensais de água gratuita por domicílio, foi implementada de

maneira precária e desigual em áreas onde existia suprimento de água e não foi aplicada em muitas áreas rurais, onde as políticas seletivas das multinacionais da água consideravam que o abastecimento não seria lucrativo.

Sementes do descontentamento

A perda da posse da terra foi a base fundamental do regime colonial e do *apartheid* na África do Sul, que permitiu obter mão-de-obra e recursos para a acumulação dos colonos capitalistas. O governo assumiu o compromisso de corrigir esse legado com um processo baseado no mercado. Quase oito anos depois, menos de 2% das terras passaram de pessoas brancas para negras e, com menos de 1% do orçamento dedicado à reforma agrária, espera-se que demore de 125 a 150 anos para redistribuir 30% das terras agrícolas e completar o projeto de restituição de terras às vítimas das expulsões.¹⁰

Os acontecimentos mais significativos de 2001 ocorreram a despeito da inércia governamental, ou melhor, por causa dela. As ocupações¹¹ em Bredell deixaram claro que a carência de terras é tanto uma questão urbana quanto rural, e os acontecimentos no Zimbábue deram impulso às campanhas comunitárias para conseguir terras por seus próprios meios, através de ocupações. Embora essas ocupações sejam claramente diferentes das que acontecem no Zimbábue – são ações locais que sofrem a oposição do partido do governo – o fato de que pessoas desesperadamente pobres estejam, cada vez mais, ocupando terras por todo o país forçou a questão a entrar na agenda nacional. A resposta do governo, na forma de expulsões rápidas e brutais e da criminalização de sem-terra pobres, tem agradado à comunidade dos agricultores brancos (AGRI-SA), que igualmente continua a praticar abusos e a expulsar, de forma ilegal e arbitrária, muitas das 8 milhões de pessoas residentes em fazendas do país.¹²

Porém, essas ações, assim como o racismo dos tribunais rurais que continuam a aplicar sentenças leves aos donos de terras por crimes graves, incluindo o assassinato,¹³ também têm estimulado uma nova militância entre os sem-terra. Os integrantes do novo Movimento do Povo Sem-Terra, formado em julho de 2001, realizaram uma marcha de protesto contra os fracassos da reforma agrária do governo, durante a III Conferência Mundial

10 Edward Lahiff. “Land Reform in South Africa: is it meeting the challenge?” *Policy Brief* n. 1, Programa de Estudos da Terra e Agrários, Universidade do Cabo Ocidental, setembro de 2001.

11 Em junho de 2001, mais de 10 mil sem-terra ocuparam um terreno desocupado na periferia urbana de Bredell, Johannesburgo. O governo reagiu com a condenação veemente dos sem-terra, prendendo alguns deles e expulsando os demais, com a ajuda de uma firma privada de segurança, que recentemente adquiriu notoriedade por ser responsável por uma onda crescente de expulsões de grandes grupos em áreas urbanas e periféricas, abrindo caminho para empreendimentos privados, como o parque supostamente planejado para o terreno de Bredell.

12 Human Rights Watch. “Unequal Protection: The State Response to Violent Crime on South African Farms”, 2001.

13 African Eye News Service, 3 de novembro de 2001.

7 Jonathan Katzenellenbogen, “Faster Growth Tops State Agenda”. *Business Day*, 25 de maio de 2001.

8 Danie Joubert. “Reasons for Mysterious Slide in Rand”. *Business Day*, 20 de dezembro de 2001.

9 John Fraser. “Foundation Urges Economic Liberalism”. *Business Day*, 31 de dezembro de 2001.

contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e Formas Correlatas de Intolerância, e pediram ao presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, que os visitasse, ameaçando iniciar ocupações generalizadas, se suas reivindicações não fossem atendidas.

Em novembro de 2001, a Treatment Action Campaign (TAC – Campanha de Ação pelo Tratamento) ganhou uma importante batalha nos tribunais para forçar o governo a fornecer anti-retrovirais a todas as grávidas soropositivas. O governo planejava apelar ao Tribunal Constitucional contra essa decisão, argumentando que os tribunais não têm poder para forçar o governo a cumprir direitos socioeconômicos. A TAC venceu o caso na base de uma decisão judicial anterior, conhecida como decisão Grootboom. Essa foi a decisão sobre direitos de habitação, afirmando que o governo tinha a obrigação de respeitar os direitos socioeconômicos garantidos pela Constituição e que a prova da “razoabilidade” incluía o dispositivo de habitação emergencial para as pessoas vulneráveis. Atualmente, o governo planeja contestar a própria base daquela decisão, não só pondo em risco a decisão sobre a Nevirapina, como também desafiando potencialmente a obrigatoriedade jurídica de todas as cláusulas de direitos socioeconômicos que diferenciam a Constituição sul-africana das demais.

A apelação planejada pelo governo é paradoxal no contexto da importante vitória de maio contra a indústria farmacêutica multinacional. A Associação Sul-Africana de Fabricantes de Medicamentos e 39 empresas farmacêuticas internacionais processaram o governo, em abril de 2001, numa tentativa de bloquear a promulgação da Lei de Emenda de Controle de Medicamentos e Substâncias Afins que, segundo a indústria, abriria as portas para o desrespeito às patentes e aos direitos de propriedade intelectual, como estão definidos na cláusula Trips da Rodada do Uruguai. Com apoio da TAC, da principal federação

de trabalhadores/as do país, Cosatu, e de outras partes interessadas, o governo alegou que a epidemia de Aids representava uma situação de emergência e que exigia abrir as portas à produção de medicamentos genéricos e/ou à importação de medicamentos mais baratos de outros países.

A indústria desistiu da ação em maio, depois de um acordo com o governo, segundo o qual este consultaria as empresas na implementação da lei. No mês seguinte, a gigante farmacêutica multinacional Glaxo entregou os direitos dos medicamentos contra Aids (AZT, 3TC e Combivir) a um produtor local de genéricos. Embora essa vitória devesse fortalecer a capacidade do governo de estender, a curto prazo, o tratamento anti-retroviral aos grupos vulneráveis, as autoridades têm mostrado menos interesse em traduzir sua vitória jurídica em uma campanha de tratamento mais amplo do que em lutar pelo direito de não fornecer o tratamento.

Passaram-se quase oito anos desde que o nascimento da democracia sinalizou o fim da opressão e exploração colonial e do *apartheid*. Porém, eles foram substituídos pela ordem econômica neoliberal, que pouco tem feito para eliminar as relações econômicas desiguais do passado. Quase a metade da população de 45 milhões ganha menos de US\$ 35 por mês. Contudo, as regras do jogo neoliberal afirmam que a pobreza extrema não é motivo para serviços gratuitos e o governo tem cumprido escrupulosamente essas regras, através de expulsões, despejos e corte de serviços de pessoas desesperadamente pobres.

No entanto, o desespero força as pessoas a reagirem a essas condições, e um novo ânimo de resistência cresce nos assentamentos informais, povoados, fábricas e áreas rurais de todo o país, onde a população pobre está começando a agir para impedir uma maior consolidação das políticas econômicas neoliberais que somente lhes têm trazido sofrimentos. ■

National Land Committee (Comité Nacional de Terras)
<andile@nic.co.za>